

# A Geografia na Contemporaneidade

## 2

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

# A Geografia na Contemporaneidade 2

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade 2 [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-019-3

DOI 10.22533/at.ed.193182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia, educação e território”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, comunidades tradicionais, território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia humana. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

## SUMÁRIO

### GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL	
<a href="#">Ana Carolina Lydia</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821121	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN	
<a href="#">Iapony Rodrigues Galvão</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821122	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS	
<a href="#">Ismael Donizete Cardoso de Moraes</a>	
<a href="#">Vanilton Camilo de Souza</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821123	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA	
<a href="#">Cássia Hack</a>	
<a href="#">Celi Nelza Zülke Taffarel</a>	
<a href="#">Sicleide Gonçalves Queiroz</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821124	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
<a href="#">Reinaldo Pacheco dos Santos</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821125	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL	
<a href="#">Fátima Regina Cividini</a>	
<a href="#">Valdir Gregory</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821126	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.	
<a href="#">Romisval Silva dos Santos</a>	
<a href="#">Elane Bastos de Souza</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821127	

**CAPÍTULO 8 ..... 83**

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

[Vanderlei Rocha Lima](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821128**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[Alice do Carmo Jahn](#)

[Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris](#)

[Elaine Marisa Andriolli](#)

[Antônio Joreci Flores](#)

[Maria da Graça Porciúncula Soler](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821129**

**CAPÍTULO 10 ..... 109**

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

[Alessandra Daiana Schinaider](#)

[João Ernesto Pelissari Candido](#)

[Daiane Netto](#)

[Anelise Daniela Schinaider](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211210**

**CAPÍTULO 11 ..... 118**

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

[Yasmine Altimare da Silva](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211211**

**CAPÍTULO 12 ..... 127**

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

[Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva](#)

[Valdir Gregory](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211212**

**CAPÍTULO 13 ..... 141**

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

[Guilherme de Barros Melo](#)

[Orlando Bispo dos Santos.](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211213**

**CAPÍTULO 14 ..... 152**

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

[Cristiane Tabarro](#)

[Alvori Ahlert](#)

[Valdinéia Ferreira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211214**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>165</b>
O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA	
Maria José Ramos da Silva Renata Felinto Farias Aires Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>182</b>
OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE	
Alberto Pereira Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>193</b>
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	
Julie Mathilda Semiguem Pavinato Emerson Ferreira da Silva Irene Carniatto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>208</b>
AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE	
José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo Maria Morgana Santos Santana Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>218</b>
DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO	
Samuel Cabanha André Avelino Cabanha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>233</b>
ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS	
Kristian Oliveira de Queiroz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>249</b>
FORMAS DE ACESSO Á TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.	
Ângela Carine Felix de Oliveira Matos Gilmar Oliveira da Silva Elane Bastos de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>260</b>
REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA	
Fernanda Dalonso Mariluci Neis Carelli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211222</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>269</b>
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA	
Janes Terezinha Lavoratti Marciel Todão da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>280</b>
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG	
Aline Fernanda Cardoso Valéria Aparecida Moreira Costa Iara Soares de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>294</b>
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO	
Pedro José de Oliveira Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>309</b>
TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR	
Guilherme Ferrari Oliveira Rodrigo Aparecido Mendonça Vanessa Maria Ludka	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211226</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>319</b>

## REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA

**Fernanda Dalonso**

Universidade da Região de Joinville  
Joinville – Santa Catarina

**Mariluci Neis Carelli**

Universidade da Região de Joinville  
Joinville – Santa Catarina

**RESUMO:** O principal objetivo deste trabalho foi discutir representações dos conselheiros da Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca sobre a articulação entre cultura e natureza na gestão deste lugar, norteado pela problemática de analisar de que maneira o debate de proteção da paisagem cultural em uma APA pode ser articulado e em que medida os planos de gestão da paisagem cultural podem ser incorporados aos planos de manejo advindos da APA. Para isso, buscou-se o entendimento teórico-científico sobre representações sociais, paisagem cultural, questões acerca da proteção ambiental brasileira e da gestão da paisagem cultural da APA Serra Dona Francisca. Os procedimentos metodológicos adotados foram o levantamento de documentos, leis, fontes bibliográficas e a aplicação de um questionário com todos os conselheiros atuantes em 2015 do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca, através de formulário elaborado com a ferramenta *Google Docs*. A gestão da paisagem cultural

impõe desafios de alta complexidade, e por isso, uma abordagem interdisciplinar é capaz de aprofundar as diversas áreas de interface, muito relevante em função da gestão em uma Unidade de Conservação de uso sustentável, como é o caso da APA Serra Dona Francisca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural. Representações. Paisagem cultural.

**ABSTRACT:** The main purpose of this paper was discuss representations of the counselors of the Environmental Protection Area (APA) Serra Dona Francisca over the interaction between culture and nature in the management of this place, oriented by a problematic of analyzing in which way the debate of protection of the cultural landscape in an APA can be articulated and to what extent the management plans of the cultural landscape can be incorporated to the management plans coming from the APA. Thereunto, the theoretical-scientific comprehension about social representations, cultural landscape, issues related to Brazilian environmental protection and about management of the cultural landscape of the APA Serra Dona Francisca. The methodological procedures adopted were the survey of documents, laws, bibliographical sources and the application of a questionnaire to all the counselors acting in 2015 from de Management Council of the Environmental Protection Area Serra Dona

Francisca, through the form prepared with the *Google Docs* tool. The management of the cultural landscape presents challenges of high complexity, and, that is why, an interdisciplinary approach is able to deepen the different interface areas, very relevant due to the management in a Conservation Unit of sustainable use, as it is the case of the APA Serra Dona Francisca.

**KEYWORDS:** Cultural heritage. Representations. Cultural landscape.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), pelo projeto “A Gestão da Paisagem Cultural da Serra Dona Francisca: possibilidades e limites”. Foi apresentado em 2016 no evento científico “V Workshop Catarinense de Indicação Geográfica e IV Mostra de Produtos Tradicionais” em Joinville, Santa Catarina, Brasil.

A pesquisa cujo tema é “A Gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca” tem como objetivo geral analisar os limites e possibilidades da gestão da paisagem cultural em uma área de proteção ambiental na região rural de Joinville, a partir de um marco legal instituído em 2013 que é Plano de Manejo da Serra Dona Francisca. Busca responder a seguinte problemática: em que medida pode-se articular o debate de proteção da paisagem cultural em uma Área de Proteção Ambiental? Analisa de que maneira o debate de proteção da paisagem cultural em uma APA pode ser articulado e em que medida os planos de gestão da paisagem cultural podem ser incorporados aos planos de manejo advindos da APA.

As APAs apresentam, sobretudo, uma visão conservacionista ao permitirem que as populações residentes permaneçam no território, representando, assim, um avanço para visões estritamente preservacionistas e que influenciaram a criação das primeiras UCs no país (FRANCO, DRUMMOND, 2009).

Por se tratar de uma região extensa, a área referenciada na pesquisa limita-se à região Dona Francisca, que constitui segundo o documento oficial (PLANO DE MANEJO, 2013) as Estradas: Mildau, Guilherme, Da tromba; Do Pico, Antonio Fleith, João Fleith, Rio da Prata, Do Issac, Quiriri, Anaburgo e Loteamento Rio Lindo.

A zona rural da Serra Dona Francisca e adjacências representam parte do conjunto de regiões que possuem remanescentes culturais (materiais e imateriais) do processo de imigração no sul do Brasil, caracterizado pelas paisagens rurais contempladas por bens arquitetônicos e manifestações da cultura por meio de seus modos de vida. Na região delimitada como Dona Francisca, mencionada anteriormente, estão localizados três bens arquitetônicos protegidos pelo Tombamento Federal por meio do IPHAN, conforme apresentado na Figura 1: a Casa Wally Krüger, localizada na Rodovia SC 418; a Casa Alvino Fleith, na Estrada do Pico; e Casa Otto Schwisky, na Estrada Quiriri.



Figura 1 – Croqui da Região Dona Francisca e localização dos bens patrimoniais materiais

Fonte: Elaborado pelas autoras. Imagem concedida por MACHADO; MACHADO, 2016.

Hartog (2006) ao comentar sobre a patrimonialização do meio ambiente cita a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972 em que “O texto parece não deixar nada fora de sua perspectiva: o patrimônio mundial, ele é cultural e natural. Por que uma Convenção internacional? Porque, o preâmbulo parte desta constatação, o patrimônio universal é cada vez mais ameaçado de destruição” (HARTOG, 2006, p. 271). Permite-se fazer uma pausa na discussão e destacar que nesta convenção ainda se mantinha a classificação separada de patrimônio cultural e natural, no entanto, em 1992 na 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada no Novo México, nos EUA, a nova categoria de paisagem cultural passa a ter seu primeiro instrumento legal internacional que vai reconhecer a interação entre natureza, cultura e maneiras tradicionais de viver (CASTRIOTA, 2009)

As representações sociais refletem a maneira como as pessoas pensam e agem, ou seja, cada pessoa tem uma representação que orienta suas posturas. A partir da análise das representações sociais é possível discutir de que forma os sujeitos da pesquisa articulam cultura e natureza na gestão da APA Serra Dona Francisca e como dão sentido, relacionam e entendem sua conservação e proteção.

Os sujeitos desta pesquisa formam um grupo social institucionalizado, os conselheiros da APA Serra Dona Francisca atuantes em 2015 foram instituídos e oficializados através do poder público, via Decreto Municipal. Considera-se que foram escolhidos porque interagem com a realidade social em questão, seja por motivos profissionais, pelo conhecimento científico ou por serem os agentes praticantes deste lugar. Segundo Moscovici (2009, p.154) “os homens agem e interagem, pela codificação

da conduta interindividual e intergrupal, que cria uma realidade social comum com suas normas e valores, cuja origem deve ser novamente buscada no contexto social”.

Ainda para o autor Moscovici (2009) os processos culturais que são responsáveis pela organização do conhecimento de um grupo devem ter a busca de sua origem no contexto social. Desta forma, entende-se como importante fazer uma breve contextualização da área pesquisada neste artigo, que está localizada na porção rural de Joinville.

O município de Joinville (Santa Catarina, Brasil) teve parte de sua ocupação pela colonização germânica, originada de um dote recebido pelo príncipe François Ferdinand Philipe de Orléans (filho do rei da França) quando se casou com a princesa Francisca Carolina (filha de D. Pedro I, Imperador do Brasil) em meados do século XIX. Devido à revolução que ocorria em 1848, na França, o Pai de François, o Rei Luiz Felipe, fora destronado e exilado. Fato que levou a família, que passava por uma crise financeira, a vender parte das terras à Sociedade Colonizadora Hamburguesa. Entre 1851 e 1897, a Sociedade Colonizadora enviou para a cidade cerca de 28 mil imigrantes europeus, na continuidade do processo predominou a vinda de colonos germânicos (AZEVEDO, 2006).

A Serra Dona Francisca foi fundamental para a consolidação da colonização, ligando o litoral ao planalto, a estrada permitia escoar a produção de erva-mate pelo Porto de São Francisco do Sul (Santa Catarina, Brasil), permitindo também novos núcleos coloniais acima da Serra (GREIN, 2012).

Atualmente compreende grande parte da porção rural de Joinville, desta forma as atividades agrícolas do município estão localizadas nesta área que também é delimitada para a conservação ambiental, sendo Área de Proteção Ambiental, pois esta região engloba os mananciais dos rios Cubatão e Piraí que são as principais fontes de captação das águas do abastecimento público da cidade.

A Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca foi criada pelo Decreto Municipal nº 8.055 de 1997, entre seus objetivos de proteção dos recursos naturais, está a melhoria da qualidade de vida das populações residentes e preservação de culturas e tradições locais. Teve seu Plano de Manejo aprovado pelo Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013, que estabelece como órgão gestor executor da unidade a FUNDEMA (Fundação Municipal do Meio Ambiente)<sup>1</sup>, juntamente com o seu conselho gestor composto por 32 entidades, sendo 16 governamentais e 16 da sociedade civil. A função do conselho gestor é auxiliar o órgão ambiental municipal na gestão da APA, implantação do plano de manejo, fiscalização e captação de recursos.

Sendo a APA Serra Dona Francisca uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, umas das questões que atravessa as discussões sobre as atribuições de seu conselho gestor é a articulação entre natureza e cultura. Para Eagleton (2005) a palavra cultura, etimologicamente, é derivada do conceito de natureza, este desdobramento semântico também de certa forma representa as mudanças da própria

1. Atual SEMA (Secretaria do Meio Ambiente de Joinville)

humanidade, seguindo do rural ao urbano.

As atribuições do conselho gestor estão descritas no regimento interno da APA Serra Dona Francisca, dentre seus objetivos está a proteção dos recursos naturais com seu uso racional, na busca da conservação da natureza e das necessidades humanas, com ações amplas e integradas. Em seu plano de Manejo também são identificados projetos e subprojetos que articulam cultura e natureza na gestão deste território.

## 2 | METODOLOGIA

Os fenômenos de representações sociais estão nas instituições, nas comunicações em massa, nos pensamentos individuais, ou seja, estão espalhados e presentes nas numerosas instâncias da interação social (SÁ, 1998).

Quando os fenômenos são transformados em objeto de pesquisa, pela teoria das representações sociais, simplificamos e tornamos tais fenômenos inteligíveis, ou seja, compreensíveis através da teoria. Neste sentido, de acordo com seu pressuposto teórico (SÁ, 1998) a representação social é sempre de um sujeito (alguém) e de alguma coisa (o objeto).

Após a identificação do sujeito (conselho gestor da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca) e do objeto (cultura e natureza na gestão deste lugar), foi escolhido como método para a coleta de dados um questionário. Foram elaboradas perguntas relativas a esta problemática, porém, vale destacar novamente que este artigo é um recorte de uma pesquisa, desta forma, foram realizadas 21 perguntas mistas (abertas e fechadas) sendo 2 com foco na problemática cultura e natureza, as quais serão especificamente apresentadas neste artigo.

O questionário foi elaborado com a ferramenta de formulários do *Google Docs* e enviado através da secretária do conselho para um grupo de *e-mails*, contatando simultaneamente todos os representantes das 32 entidades que compõe o conselho (16 governamentais e 16 não governamentais).

Para tratamento das fontes foi escolhido articular os dados coletados com a análise qualitativa e quantitativa. Para Sá (1998) as opções de metodologias na teoria das representações sociais são amplas e a prática articulada de abordagem é comum, ou seja, combinar perspectivas teóricas a métodos que são mais apropriados.

Uma das preocupações durante a coleta foi a fase da “própria coleta”, em que as perguntas foram elaboradas de modo a fazer com que os sujeitos produzissem respostas de forma a fornecer subsídios para as representações, gerando assim possibilidades de análise.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos questionários enviados para os representantes das 32 entidades (governamentais e não governamentais) que compõem o conselho Gestor, foram obtidos 16 formulários respondidos. Houve um equilíbrio no número de representantes “governamentais” e “não governamentais” que responderam ao formulário, sendo os “não governamentais” representantes de 56% das respostas e os “governamentais” 44%.

Quando questionados sobre as atribuições do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, todas as respostas (apresentadas no Gráfico 1) apontaram para uma visão conservacionista em que se prevê o uso racional considerando ações amplas e integradas de questões da conservação dos recursos naturais com as necessidades humanas. Não houve respostas de visão predominantemente preservacionistas com ênfase na proteção integral. Esta questão é muito específica da condição de ser uma Área de Uso Sustentável, o que se nota é o entendimento geral dos sujeitos da pesquisa de que se trata de uma área em que sua conservação depende também da conservação humana, ou seja, da população local.

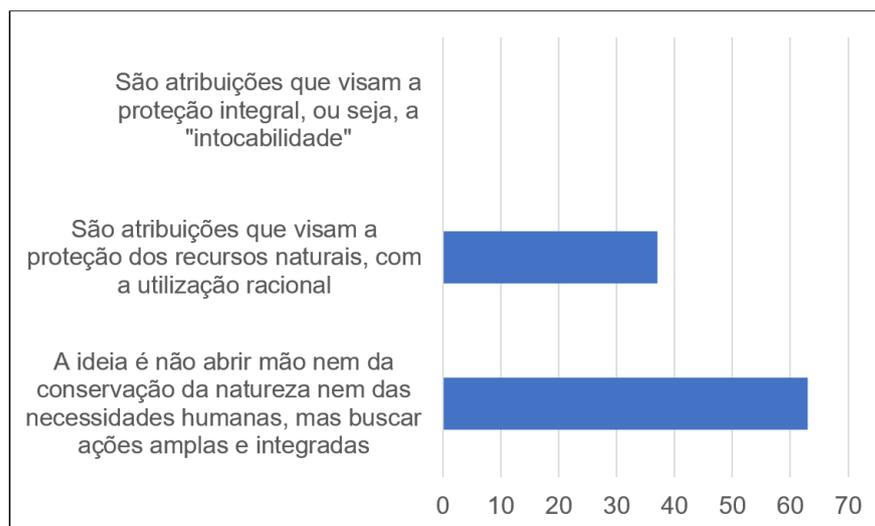


Gráfico 1 – Respostas dos conselheiros ao pensar sobre as atribuições do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca.

Fonte: Autoras, 2015.

Numa análise mais específica das representações sobre as atribuições do conselho gestor da APA Serra Dona Francisca, observa-se que nas respostas escolhidas pelos sujeitos da pesquisa, mesmo que ambas sejam representantes de uma visão conservacionista, há diferença entre elas. Uma resposta enfatiza que além da conservação da natureza não se pode desconsiderar as “necessidades humanas” e finaliza com palavras “visão ampla e integrada”. A outra resposta apresenta também a ideia de “conservar recursos naturais” e fala na “utilização racional”. Os representantes de instituições “governamentais” equilibraram suas respostas. Os representantes de

instituições “não governamentais” tenderam para a resposta que apresentava as considerações “necessidades humanas” e “visão ampla e integrada” nas atribuições do conselho, alcançando 67% das respostas.

Sugere-se refletir que esta diferença deva estar associada à contextualização dos sujeitos da pesquisa, sendo que as pessoas que representam as instituições “não governamentais” são os representantes da sociedade civil, seu papel como conselheiros está associado à população local, ou seja, às necessidades humanas do lugar.

Observa-se no Gráfico 2 que 62% dos sujeitos da pesquisa entendem que as decisões e ações do conselho derivam de questões tanto culturais quanto naturais de maneira equilibrada, demonstrando que há o pensamento de uma articulação equilibrada entre cultura e natureza na gestão.

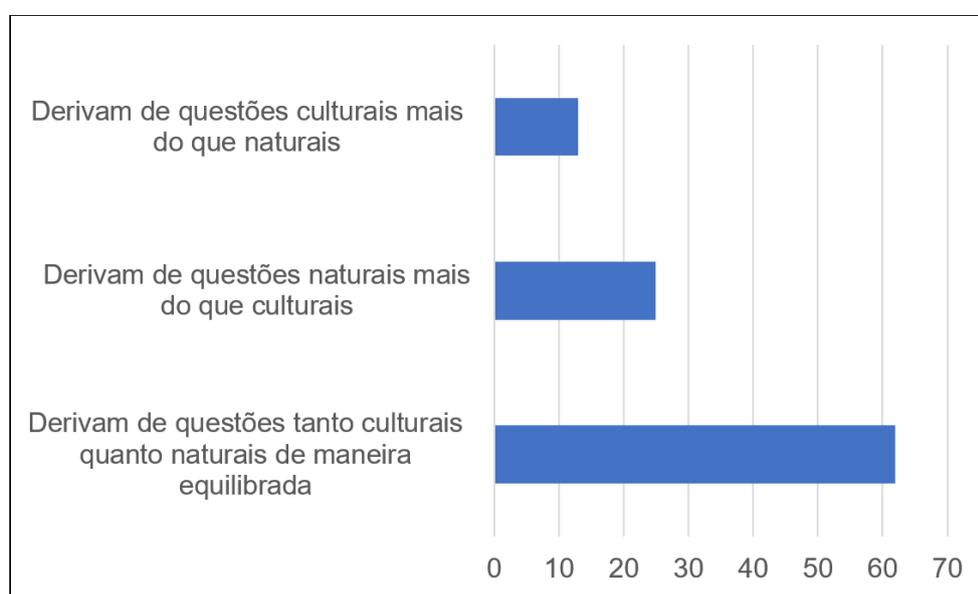


Gráfico 2 – Respostas dos conselheiros ao pensarem sobre as decisões e ações do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca.

Fonte: Autoras, 2015.

Quando se observa as respostas com o perfil dos grupos dos “representantes governamentais” e “não governamentais” é possível notar que há uma análise diferenciada das representações dos conselheiros,

Os conselheiros de maneira geral apresentam suas representações sobre a articulação natureza e cultura na gestão da APA Serra Dona Francisca numa visão conservacionista, em que a importância da preservação não ignora questões humanas e culturais. Os representantes da sociedade civil apontam com maior ênfase estes aspectos integradores, o que demonstra a importância de sua participação na gestão do lugar, para que os aspectos culturais sejam tão valorizados quanto os aspectos naturais.

Dentro do conselho gestor observou-se que há duas representações sociais: dos “representantes governamentais” e “não governamentais”. Desta forma, são dois grupos

sociais que formam outro grupo maior, o conselho gestor. Assim, quando optamos por analisar as respostas separadamente temos maior chance de compreender melhor suas representações sociais, dada à devida importância da contextualização destes grupos.

## 4 | CONCLUSÃO

Como um estudo parcial de pesquisa, entende-se que ainda são necessárias novas investigações visando estabelecer o debate de proteção da paisagem cultural na Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca.

Um das questões norteadoras na discussão da paisagem cultural são os aspectos integradores entre natureza e cultura, tanto em seu conceito quanto em sua gestão. A participação e representação da sociedade civil na gestão de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável é condição fundamental para que seja uma gestão de modo a valorizar também os aspectos culturais da preservação, a gestão da paisagem cultural traz como condição prévia para a chancela da paisagem cultural brasileira o pacto de gestão entre entidades governamentais e não governamentais (representantes da sociedade civil).

Há uma crescente evidência de fortes ligações entre a paisagem cultural do patrimônio mundial e as áreas protegidas (Phillips 2003; Rössler & Mitchell 2005; Rössler 2006 apud Finke, 2013). Tais ligações foram estudadas por Finke (2013) em uma pesquisa publicada pela *UICN, Linking Landscapes. Exploring the relationships between World Heritage cultural landscapes and IUCN protected areas*. Os princípios da gestão das áreas protegidas encontram similaridade entre paisagem cultural enquanto patrimônio porque compartilham e consideram requisitos de proteção e gestão.

Desta forma as discussões parciais deste artigo abriram possibilidades de análise para a problemática e objetivo geral da pesquisa de dissertação de mestrado do projeto “A Gestão da Paisagem Cultural da Serra Dona Francisca: possibilidades e limites”, ao apontar possibilidades de debate de proteção da paisagem cultural em uma área de proteção ambiental, haja vista que a articulação entre natureza e cultura nas representações dos conselheiros sobre a gestão deste lugar enfatizam em grande parte as duas frentes de proteção: natureza e cultura.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Natália Tavares. Proteção ambiental e ruralidade: agricultores familiares em áreas naturais protegidas no município de Joinville. 2006. 197f. **Dissertação** (Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª edição. Ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaunb - USP/CEC, 2008.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O Cuidado da Natureza: A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a Experiência Conservacionista no Brasil: 1958-1992. **Revista Textos de História**, p. 59-84, 2009.
- FINKE, G. **Linking Landscapes**. Exploring the relationships between World Heritage cultural landscapes and IUCN protected areas. Gland, Switzerland: IUCN, 2013.
- GREIN, Gustavo. **Olhares contemporâneos sobre a Serra Dona Francisca**. Joinville: Editora Univille, 2012.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul/dez, 2006.
- JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. *In: As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- JOINVILLE. **Decreto-Lei nº 8055, de 15 de março de 1997**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca, no município de Joinville, e dá outras providências. Joinville: Prefeitura Municipal, 1997. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/decreto/1997/805/8055/decreto-n-8055-1997-dispoe-sobre-a-criacao-da-area-de-protecao-ambiental-serra-dona-francisca-no-municipio-de-joinville-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 07 mar. 2014.
- JOINVILLE. **Decreto-Lei nº 20.451, de 17 de abril de 2013**. Aprova o plano de manejo da área de proteção ambiental Serra Dona Francisca. Joinville: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal-da-prefeitura-e-camara/4620/leis-de-joinville.html>>. Acesso em: 07 mar. 2014.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. A cobertura da vida pública: representações sociais da esfera pública na imprensa. *In: \_\_\_\_\_ Representações Sociais e esfera pública*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MACHADO, Anderson Rodrigo Rosa; MACHADO, Marcel Henrique Rosa. **Anderson Rodrigo Rosa Machado; Marcel Henrique Rosa Machado**: inédito. Joinville, 2012. Imagem desenvolvida pelos profissionais de *Design* concedida a Fernanda Dalonso.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**. Investigações em psicologia social. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SÁ, Celso Pereira de. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-019-3

